



Tempo

ISSN: 1413-7704

secretaria.temp@historia.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Law, Robin

Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo "mina"

Tempo, vol. 10, núm. 20, enero, 2006, pp. 98-120

Universidade Federal Fluminense

Niterói, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013396006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## *Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo 'mina'*<sup>\*</sup> <sup>\*\*</sup>

Robin Law <sup>\*\*\*</sup>

Partindo do questionamento de um trabalho da historiadora americana Gwendolyn Midlo Hall, o autor analisa os vários significados do termo “mina” na África e na diáspora. Desta forma, demonstra a importância do profundo conhecimento da documentação, assim como da nomenclatura para poder perceber as nuances de um termo que pode designar lugares e grupos étnicos ou lingüísticos, dependendo de quem fala e quando dele se fala.

**Palavras-chaves:** Baía do Benim – identidade étnica – tráfico atlântico

Ethnicities of enslaved Africans in the Diaspora: On the meanings of ‘Mina’ (again)  
The author criticizes a previous work by the American historian Gwendolyn Midlo Hall and analyzes the meanings of the term “Mina” in Africa and within the African Diaspora. He demonstrates the relevance of the control of the documentation and the nomenclature as well to obtain the proper meanings in each particular situation. In conclusion the author shows the term “Mina” may refer to places and people depending on the situation.

**Key words:** Bight of Benin – ethnic identity – atlantic slave trade

---

<sup>\*</sup> Artigo publicado na revista *History in Africa*, 32 (2005) 247-267. Agradecemos ao editor David Herning a autorização para tradução e publicação do texto no Brasil.

<sup>\*\*</sup> Artigo recebido em outubro de 2005 e aprovado para publicação em dezembro de 2005.

<sup>\*\*\*</sup> Professor catedrático de História da África na University of Stirling, Escócia.

Les ethnies des esclaves africains dans la diaspora : nouvelles considérations sur les significations du terme 'Mina'

L'auteur fait d'abord la critique d'un texte de l'historienne nord-américaine Gwendolyn Midlo Hall sur les différentes significations du terme "mina" en Afrique et dans la diaspora africaine. Le texte montre l'importance du contrôle de la documentation et de la nomenclature pour une signification correcte du terme dans chaque situation. Pour conclure, on met en évidence que le terme "mina" peut désigner différents peuples et lieux selon les situations concrètes.

**Mots-clés:** Mina – ethnies – traite dans l'Atlantique Sud

---

O termo "mina", quando usado como designação étnica de africanos escravizados nas Américas, entre os séculos XVII e XIX, tem sido geralmente interpretado como relativo a pessoas trazidas da chamada Costa do Ouro (para os portugueses, Costa da Mina). A Costa do Ouro corresponde, grosso modo, à atual Gana, região de povos falantes das línguas *akam* (*fante*, *twi*, etc.), que predominavam nesta área da costa e em sua imediata hinterlândia. Este uso do termo "mina" gerou uma interpretação convencional de que eles falariam a língua *akam*. Em artigo recente, a historiadora americana Gwendolyn Midlo Hall questionou esta interpretação, sugerindo que a maior parte dos chamados "minas" nas Américas vinham da Costa dos Escravos, que corresponde, segundo a designação atual, ao trecho da costa que vai do sudeste de Gana – passando pelo Togo – até o Benim, ao longo do qual se concentram os povos de línguas genericamente denominadas "gbe" – antes conhecidas como "ewe" – que, segundo Hall, seria a língua falada pelos "minas". Atualmente, considera-se que a língua *gbe* abarca, além do *ewe*, o *adja* e o *fon*. Dada a força numérica da presença "mina" nas Américas, como corretamente observa Hall, esta revisão altera substancialmente a compreensão da formação étnica dos povos africanos nas Américas<sup>1</sup>.

Visando uma discussão mais aprofundada da questão, este capítulo apresenta, de forma mais detalhada do que foi possível ser feito por Hall, naquela ocasião, dois pontos importantes: em primeiro lugar, a aplicação do nome "mina" como ele era usado pelos europeus na África Ocidental; e, em segundo, o conjunto de significados a ele associados nas Américas. Antes de mais nada, é preciso destacar que a separação das informações relativas à

---

<sup>1</sup> Gwendolyn Midlo Hall, "African ethnicities and the meanings of 'Mina'", Paul E. Lovejoy & David R. Trotman (eds.), *Trans-Atlantic Dimensions of Ethnicity in the African Diaspora*, London/ New York, 2003, pp. 65-81.

África e às Américas está sendo adotada por mera conveniência de exposição, já que, de fato, esta terminologia étnica se desdobra num processo de mútua interação, dos dois lados do Atlântico. Um exemplo é o uso que os ex-escravos retornados do Brasil para a Costa dos Escravos fazem do termo “nagô”. No Brasil, como já argumentei em outra ocasião, o termo indicava o conjunto de povos de língua iorubá aí reunidos. Muito provavelmente, esta acepção do termo passou a ser usada na África Ocidental a partir de 1830, quando ex-escravos, vindos do Brasil, chegaram à Costa dos Escravos, alimentando o uso brasileiro de um termo originariamente africano<sup>2</sup>.

O argumento oferecido aqui é o de que, no seu sentido original, ou seja, na África Ocidental, o nome “mina” estava efetivamente relacionado à Costa do Ouro e a pessoas dela originárias, mesmo que assentadas em outras localidades. Neste grupo estão incluídos tanto os povos de línguas ga-adangme, situados a oeste do Rio Volta, no lado leste da Costa do Ouro, quanto os que falavam akam<sup>3</sup>. Embora em algumas ocasiões, especialmente no Brasil, o termo tenha sido usado de modo extensivo, incluindo povos de fala gbe, é questionável se ele alguma vez designou os que falam gbe como distintos dos de língua akam, o mesmo ocorrendo no restante das Américas. A implicação disto, ou seja, o entendimento de que os “minas”, nas Américas, abarcam povos de fala gbe e akam, é que a extensão dos povos de língua gbe nas Américas tem que ser substancialmente depreciada em relação ao estimado por Hall, que não calcula a presença dos que falam akam entre eles.

### ***Os “minas” na África Ocidental***

<sup>2</sup> Robin Law, “Ethnicity and the Slave Trade: ‘Lucumi’ and ‘Nago’ as ethnonyms in West Africa”, *History in Africa*, 24, 1997, pp. 205-19. Para o argumento de que o uso genérico do termo “nagô” na África Ocidental representa uma resposta do Brasil, ver páginas 212-15.

<sup>3</sup> Uma questão interessante que não pode ser perseguida aqui é em que medida, e como, europeus, nas Américas, distinguiam os grupos lingüísticos akam e ga-adangme. No final do século XVII, os ingleses distinguiam claramente os “Cormantine” (escravos da Costa do Ouro) dos “Alampo”, ou seja, os adangme, sendo os primeiros preferidos em relação aos últimos: Thomas Phillips, “A Journal of a Voyage made in the Hannibal of London”, Awnsham Churchill & John Churchill, *Collection of Voyages and Travels*, London, 1732, vi, p. 214; Robin Law (ed.), *The English in West Africa 1685-1688: The local correspondence of the Royal African Company of England 1681-1699, Part 2*, London, 2001, p. 415 (doc. 973: Edwyn Steede & Stephen Gascoigne, Barbados, 12 May 1686). Esta distinção parece ter sido abandonada, ficando ausente no uso de outras nações européias que preferiam o termo genérico “Mina”.

A origem do nome “mina” não está em jogo. Trata-se de palavra portuguesa que, neste contexto, se refere especificamente às minas de ouro. Depois da chegada dos portugueses à Costa do Ouro, em 1471, o nome “Mina” foi logo aplicado à área onde eles negociavam ouro com os povos nativos. Inicialmente, isto acontecia na vila costeira de Sama. Em 1482, entretanto, os portugueses construíram o Forte de São Jorge da Mina, localizado 30 km mais a leste, no local de uma aldeia indígena denominada Edina. A partir de então, o nome “Mina” passou a referir-se a este lugar. A passagem do nome Mina para a atual forma “Elmina” ocorreu durante o período da ocupação holandesa do forte, depois de 1637<sup>4</sup>.

Embora o nome Mina tenha passado a designar a vila ereta pelos portugueses, a expressão Costa da Mina era aplicada genericamente, grosso modo no sentido dado posteriormente à Costa do Ouro. Mas este uso ainda não estava fixado e algumas vezes incluía uma área maior. Em termos administrativos, a Capitania Portuguesa da Mina cobria a área que ia do Cabo Palmas até a embocadura do Rio Volta, incluindo, portanto, tanto a Costa do Marfim (que correspondia ao litoral entre o Cabo Palmas e o Cabo das Três Pontas, ou suas proximidades), como a Costa do Ouro propriamente<sup>5</sup>. Depois que, em 1637, os portugueses perderam o Castelo da Mina para os holandeses, a conotação do locativo em português mudou novamente, passando a abranger a área leste da Costa do Ouro. Como mostrou Pierre Verger, do século XVII em diante, no uso português/brasileiro, o nome Costa da Mina significava “a Costa a sotavento da Mina”<sup>6</sup>, incluindo o litoral a leste do Rio Volta que, por sua vez, era conhecido como Costa dos Escravos.

Entretanto, ao contrário do que é usualmente assumido, é questionável em que medida as embarcações portuguesas/brasileiras destinadas à Costa da Mina recolhiam todos os seus escravos na Costa dos Escravos. A partir de 1637, os holandeses passaram a reivindicar o direito de controlar o tráfico português na Costa dos Escravos, usando para isto a

<sup>4</sup> P.E.H. Hair, *The Founding of the Castelo de São Jorge da Mina: an analysis of the sources*, African Studies Program, University of Wisconsin-Madison, 1994, pp. 43-44, n<sup>os</sup> 3-4.

<sup>5</sup> António Brásio, *Monumenta Missionaria Africana*, 1<sup>st</sup> series, 14 vols., Lisbon, 1952-85, v. 374 (doc. 137: Relação da Costa da Guiné, 1607).

<sup>6</sup> O termo aparece num documento de 1699, citado por Pierre Verger, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècle*, Paris, 1968, p. 67.

<sup>7</sup> *Ibid.*, pp. 10, 39; e documentos citados *ibid.*, pp. 44, 57, n<sup>o</sup> 47.

emissão de passaportes. Com esta atitude, restringiam a presença portuguesa aos portos a leste do Rio Volta: Popó (depois denominado Gran Popó), Ajudá, Jaquim (atual Godomé) e Ekpè, todos eles situados no litoral da atual República do Benim<sup>7</sup>. Entretanto, pode-se duvidar de que esta restrição tenha sido plenamente eficaz, aventando-se que as embarcações portuguesas/brasileiras negociassem parte dos escravos a oeste do Rio Volta. Entre 1680 e 1683, por exemplo, os portugueses usurpam dos dinamarqueses o Forte de Christiansborg, situado em Acra. Obviamente, neste período, juntamente com outros europeus, eles negociaram escravos e ouro nesta localidade<sup>8</sup>. Existem relatos de portugueses comprando “uns poucos” escravos em Acra, em 1688<sup>9</sup>. Embarcações portuguesas também compravam escravos nas sessões da costa imediatamente vizinhas a Acra (no reino de Agona, a oeste) e em Alampo, isto é, no país Adangme, entre Acra e a margem oeste do Rio Volta. O feitor de um navio inglês que procurava escravos em Winneba, reino de Agona, no começo de 1681, registrou que, em sua visita anterior a esta localidade, havia comprado escravos lado a lado de uma embarcação portuguesa<sup>10</sup>. Em Alampo, a leste, vários relatos das décadas entre 1680 e 1700 fazem alusão à compra de escravos por portugueses e outras nações européias nas imediações<sup>11</sup>. Documentos ingleses se referem à presença de duas embarcações portuguesas em Alampo no início de 1681, provavelmente comprando escravos. Depois disto, ainda no mesmo ano, uma embarcação

<sup>8</sup> Em 1681, o rei de Akwamu penhorou algumas mulheres junto ao forte inglês em Acra, para serem vendidas ao primeiro navio que aparecesse, ou mesmo “aos holandeses e portugueses”. Elas acabaram sendo vendidas a um navio inglês. Em 1682, quando o preço dos escravos estava alto, foi relatado que “os portugueses, e os holandeses não compraram escravo algum”. O que nos interessa é que, em ambos os depoimentos, fica evidente que os portugueses costumavam comprar escravos em Acra. Robin Law (ed.), *The English in West Africa 1681-1683: The local correspondence of the Royal African Company of England 1681-1699, Part 1*, London, 1997, pp. 159, 189 (doc. 397: Francis Frankland, James Fort, Accra, 25 May 1681; doc. 433: Ralph Hassell, James Fort, Accra, 25 June 1682).

<sup>9</sup> “Relation du voyage de Guynée fait en 1687 sur la frégate ‘La Tempeste’ par le S<sup>r</sup> Du Casse”, Paul Roussier (ed.), *L’Etablissement d’Issiny 1687-1702*, Paris, 1935, p. 14.

<sup>10</sup> Law, *The English in West Africa 1681-1683*, p. 304 (doc.586: James Nightingale, Winneba, 11 May 1681).

<sup>11</sup> P.E.H. Hair, Adam Jones & Robin Law (eds.), *Barbot on Guinea: The writings of Jean Barbot on West Africa, 1678-1712*, London, 1992, ii, p. 440; Du Casse, “Relation du voyage de Guynée”, Roussier, *L’Etablissement d’Issiny*, op cit., p. 14; William Bosman, *A New and Accurate Description of the Coast of Guinea*, London, 1705, p. 327.

inglesa reclamou da competição com outra, portuguesa, que estaria pagando melhores preços que os praticados por eles. No ano seguinte, outras duas embarcações portuguesas foram mencionadas, por presunção de tráfico; e, em 1683, um negreiro inglês se defrontou com a competição de uma embarcação portuguesa que comprou 70-80 escravos em Alampo, seguindo depois para completar sua carga em Aladá<sup>12</sup>. É claro, então, que alguns, embora provavelmente poucos dos escravos levados da Costa da Mina para o Brasil, tenham sido negociados do lado leste da Costa do Ouro e não na Costa dos Escravos.

Na Costa do Ouro propriamente, quando o termo “mina” era usado num sentido étnico, ele se referia, especificamente, a pessoas de Elmina, em oposição a outras comunidades costeiras. Fora da Costa do Ouro, o termo passou a ter um significado mais inclusivo, referindo-se a pessoas da Costa do Ouro, de modo geral. Em 1731, por exemplo, quando foi relatado em Ajudá que “um grande exército de ‘minas’” estava marchando para lutar contra o Daomé, o alerta fazia referência a forças do reino de Akim, que estavam, na ocasião, operando a leste do Volta<sup>13</sup>.

A questão é complicada, porque, ao mesmo tempo, estava havendo uma diáspora “mina” ao longo da costa, na direção leste, para a Costa dos Escravos. As feitorias européias na Costa dos Escravos freqüentemente empregavam homens vindos da Costa do Ouro, alguns escravos, outros livres. Em 1694, por exemplo, uma embarcação inglesa, que comerciava em Ajudá, registrou que a maior parte dos escravos empregados na feitoria inglesa eram “negros da Costa do Ouro”, considerados soldados de melhor qualidade que os locais. Apesar de não existir uma feitoria holandesa em Ajudá, um assentamento de pessoas que se autodenominavam “homens minas” ficava instalado perto da feitoria inglesa e atendia aos navios holandeses<sup>14</sup>. Neste contexto, enquanto os soldados da feitoria inglesa, que teriam sido recrutados em Cape Coast (chamado Cabo Corso pelos portugueses), onde os ingleses tinham sua sede comercial e militar, os “minas”, que

<sup>12</sup> Law, *The English in West Africa 1681-1683*, *op. cit.*, p. 297 (doc. 575: James Nightingale, 9 March 1681); p. 268 (doc. 518, Hugh Shears, Allampo, 30 Oct. 1681; p. 315 (doc.613: Daniel Gates, Allampo, 6 March 1682); pp. 290-1 (docs. 560, 562-3: David Harper, Allampo, 30 June 1683; John Groome, Allampo, 9 July 1693; Harper, 9 July 1683).

<sup>13</sup> Robin Law, *The Slave Coast of West Africa 1550-1750: The impact of the Atlantic Slave Trade on an African society*, Oxford, 1991, p. 316.

<sup>14</sup> Phillips, “Journal”, 228.

atendiam aos holandeses, eram, evidentemente, oriundos, especificamente, de Elmina. Em referências posteriores, a categoria “mina” foi ampliada para incluir tanto os oriundos de Cape Coast quanto os de Elmina: uma fonte francesa de 1716 descreve os escravos do forte inglês de Ajudá, assim como os da feitoria holandesa então estabelecida em Savi, capital do reino de Hueda, como sendo “em sua quase totalidade habitantes da Costa do Ouro, ou minas”<sup>15</sup>. Até hoje, na verdade, existem famílias em Ajudá que se reconhecem como descendentes dos canoeiros da Costa do Ouro, que serviram às feitorias européias<sup>16</sup>. Algumas vezes, de acordo com o uso local, ainda se referem a eles como “minas”.

Em outros casos, canoeiros ou comerciantes da Costa do Ouro criaram as suas próprias comunidades. O melhor exemplo é o Popó Pequeno (Aneho, no atual Togo), assim chamado para contrastar com o então existente “Popó” (Grand-Popo, no atual Benim). Esta era uma localidade de canoeiros vindos de Elmina, mencionada pela primeira vez em documentos coevos na década de 1650, como um dos lugares da Costa dos Escravos visitados por mercadores da Costa do Ouro, que vinham por mar, em canoas<sup>17</sup>. Presume-se que uma outra localidade mina, situada na Costa dos Escravos, era “Elmina Chica” (“Elmina Pequena”), cuja identificação com os “minas” resulta de uma inferência a partir do nome. “Elmina Chica”, era também alternativamente denominada Adina, uma variante do já mencionado nome indígena Edina e ficava localizada na costa a oeste da fronteira leste do atual Gana, sendo que esta designação só aparece na documentação a partir do século XIX<sup>18</sup>.

Outras emigrações da Costa do Ouro para a Costa dos Escravos envolveram refugiados deslocados pela expansão do reino Akwamu, nos anos

<sup>15</sup> Robin Law, *Ouidah: The social history of a West African slaving 'port', 1727-1892*, Oxford, 2004, p. 39.

<sup>16</sup> *Ibid.*, pp. 74-5.

<sup>17</sup> Silke Strickrodt, “Afro-European Trade Relations on the Western Slave Coast, 16<sup>th</sup> to 19<sup>th</sup> centuries” (PhD Thesis), 2003, pp. 77-81; S. Wilson, “Aperçu historique sur les peuples et cultures dans le Golfe de Bénin: le cas des “Mina” d’Anécho”, François de Medeiros (ed.), *Peuples du Golfe du Bénin: Aja-Ewe (Colloque de Cotonou)*, Paris, 1984, pp. 127-50.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 77, n<sup>os</sup> 41, 245.

<sup>19</sup> Strickrodt, “Afro-European Trade Relations”, *op. cit.*, pp. 83-5, 91-5; Sandra E. Greene, *Gender, Ethnicity and Social Change on the Upper Slave Coast: A history of the Anlo-Ewe*, London, 1995, pp. 25-8.



de 1680. Um grande número de refugiados do país de Alampo ou Adangme, a leste de Acra, se estabeleceu a leste do Rio Volta, tendo sido, muitos deles, absorvidos pelo estado Anlo<sup>19</sup>. Mais a leste, no atual Togo, refugiados da conquista de Acra pelos alwamu, em 1680, se estabeleceram em Glidji, no banco norte da lagoa, do outro lado dos assentamentos “minas” já estabelecidos no Popó Pequeno, que estavam submetidos à autoridade dos refugiados de Acra, em Glidji<sup>20</sup>. Os europeus geralmente se referiam ao reino de Glidji, assim como ao seu porto no litoral, como Popó Pequeno. O nome indígena desta localidade era Gen<sup>21</sup>, uma variante de Ga, o nome indígena de Acra<sup>22</sup>. A mais antiga descrição detalhada do Popó Pequeno, feita por um visitante inglês em 1687, explicitamente distinguia estas duas comunidades em termos étnicos: a capital do reino, no interior, ocupada pelo deposto “rei de Acra”; e a aldeia costeira, cujos habitantes eram “todos, ou ao menos seus governantes, minas”<sup>23</sup>. Pelo menos até a década de 1740, os moradores do Popó Pequeno eram usualmente mencionados nas fontes europeias como “acras”, refletindo a preponderância da comunidade Ga de Glidji<sup>24</sup>. Entretanto, desde a década de 1720, eles já eram chamados “minas”<sup>25</sup>. O uso do nome “mina” pode ter refletido a consciência do caráter composto do governo local, que incluía elementos acra e “mina”, estes últimos aí entendidos como vindos

<sup>20</sup> A tradição local geralmente estabelece que os mina chegaram ao Popó Pequeno depois de os refugiados vindos de Acra terem fundado Glidji: e.g. Fio Agbanon II, *Histoire de Petit-Popo et du Royaume Guin* (1934), 1991 (ed. N. L. Gayibor, Lomé), pp. 36-7. Mas, dadas as evidências de época para a existência do Popó Pequeno já na década de 1650, é provável que esta versão tenha como objetivo legitimar a autoridade dos reis de Glidji sobre as vilas costeiras.

<sup>21</sup> A grafia “Gen”, adotada localmente, é usada também pelos ingleses. Os franceses escrevem “Guin” e, em português, a palavra se aproximaria do som “Gan”. Na sua origem, “ga” e “gen” são duas variantes de um mesmo nome, mas, atualmente, designam povos diferentes: ga diz respeito a pessoas de Acra e Gen a pessoas do Popó Pequeno.

<sup>22</sup> Strickrodt, “Afro-European Trade Relations”, *op. cit.*, pp. 81-91. Sobre o estado Gen, ver também Nicoué Lodjou Gayibor, *Le Genyi: un royaume oublié de la Côte de Guinée au temps de la traite des noirs*, Lomé, 1990.

<sup>23</sup> Law, *The English in West Africa 1685-1688*, *op. cit.*, pp. 343-4 (doc. 825: John Carter, Whydah, 10 May 1687).

<sup>24</sup> Law, *Slave Coast*, *op. cit.*, p. 322.

<sup>25</sup> Uma força militar do Popó Pequeno que atacou Ajudá em 1728, embora descrita num documento inglês como composta por “Acras” e outros povos aliados, foi descrita em fonte francesa como “os minas do Popó Pequeno” (“les Minois du Petit Popo”): Archives Nationales, Section d’Outre-Mer, Aix-en-Provence, C6/25, Du Petitval, 4 Oct. 1728; cf. Law, *Slave Coast*, *op. cit.*, p. 289.

de Elmina. Mas, mais provavelmente, esta opção reflete o uso extensivo do termo “mina” com objetivo de incluir todos os povos da Costa do Ouro, já mencionados acima.

Na primeira metade do século XIX, emigrantes de Aneho estabeleceram mais duas comunidades “minas”: uma a oeste de Porto-Seguro (atual Agbodrafo) e outra a leste de Aguê, no atual Benim<sup>26</sup>. A missão católica francesa, que operava nesta área desde a década de 1860, aplicou o nome “mina” a todo o lado oeste da Costa dos Escravos, incluindo Keta e Elmina Chica a oeste, e Gran Popó a leste, assim como Porto-Seguro, Popó Pequeno (Glidji e Aneho) e Aguê<sup>27</sup>. Os missionários franceses argumentavam estar seguindo o uso local, mas tudo indica que estavam, de fato, reproduzindo o uso dos moradores brasileiros desta costa, aos quais a missão francesa estava estreitamente ligada<sup>28</sup>. A extensão do uso do termo “minas” aos anlo/keta e ao Gran Popó era, talvez, mera confusão que, de qualquer modo, não persistiu. Embora permaneça a advertência local de que o termo deveria ser aplicado apenas ao elemento Elmina de Aneho e suas ramificações (considerados diferentes dos ga de Glidji), o nome “mina” permaneceu em uso no período da dominação colonial francesa no século XX e, na verdade, se estende até o presente, para se referir aos habitantes de Agbodrafo, Aneho e Glidji, e Aguê<sup>29</sup>. Portanto, não é muito rigoroso afirmar, como faz Hall, que estas pessoas “se autodenominam mina”<sup>30</sup>. Esta é, melhor dizendo, uma cunhagem externa, européia, que é hoje usada apenas quando se está falando em francês. Bem me lembro de um membro da comunidade local que, por ocasião de um congresso realizado em Aneho, no ano 2000, insistia que “os minas

<sup>26</sup> Strickrodt, “Afro-European Trade Relations”, *op. cit.*, pp. 188-203.

<sup>27</sup> “Relation sur l'établissement des missions dans le Vicariat apostolique du Dahomé [3 Dec. 1863]”, *Journal de Francesco Borghero, premier missionnaire du Dahomey (1861-1865)*, Paris, Ed. Renzo Mandirola & Yves Morel, 1997, pp. 237-8

<sup>28</sup> Isto é sugerido pelo fato de eles denominarem “Gegi” a língua do Daomé e de Porto-Novo, termo que, embora já corrente no Brasil do século XVIII, ainda não tinha (até onde vai meu conhecimento) sido registrado na África Ocidental. Ver também J. Lorand Matory, “The Trans-Atlantic Nation: Reconsidering Nations and Transnationalism”, paper presented at the conference on “Rethinking the African Diaspora: The Making of a Black Atlantic World in the Bight of Benin and Brazil”, Emory University, Atlanta, April 1998.

<sup>29</sup> Fio Agbanon II, *Histoire de Petit-Popo*, *op. cit.*, pp. 128-9.

<sup>30</sup> Hall, “African ethnicities”, *op. cit.*, p. 66.

existem apenas para os pesquisadores” e que a autodesignação do povo em sua própria língua era “gen”.

Os adangme, moradores de Anlo, e os ga, de Glidji, falavam línguas que eram muito próximas entre si, mas diferentes da dos “minas” de Aneho que – mesmo bilingües de ga/adangme e fante – eram fante, do grupo akam. Ao longo do tempo, entretanto, estes imigrantes foram lingüisticamente assimilados pelas populações de língua gbe dos locais onde se estabeleceram. Os adangme de Anlo adotaram a língua local, o ewe<sup>31</sup>. Os ga e os fante do Popó Pequeno/Gen também adotaram a língua local, que era provavelmente o hula, dialeto do Gran Popó, dando origem ao que hoje em dia é reconhecido como um novo dialeto, o gen. Este processo de assimilação lingüística, entretanto, evidentemente, tomou um tempo considerável. Em 1859, o missionário metodista Peter Bernasko, nascido em Sekondi, na Costa do Ouro, foi capaz de conversar com um chefe local, na língua fante, enquanto em Glidji, segundo consta, mesmo no final do século XIX, ainda se falava o ga<sup>32</sup>. Esta persistência do bilingüismo precisa ser levada em conta, ao se considerar a formação de identidades étnicas entre os escravos africanos na diáspora. Na medida em que as “nações” afro-americanas se constituíram, tomando como base uma língua comum, claramente muitos escravos traficados no lado oeste da Costa dos Escravos, no século XVIII, tiveram, com efeito, uma escolha em termos étnicos, sendo capazes de se comunicar tanto com os akam (e/ou os ga-adangme) quanto com os gbe.

A frequência com que pessoas das comunidades “minas” da Costa dos Escravos foram vendidas para o tráfico transatlântico é incerta, embora seja improvável, como indica Hall, que tenham representado uma proporção significativa dos escravos transportados<sup>33</sup>. Os portos do lado oeste da Costa dos

<sup>31</sup> Embora a língua dos adangme tenha continuado a ser falada em Agotime, no interior, após Anlo: A.B. Ellis, *The Ewe-Speaking Peoples of the Slave Coast of West Africa*, London, 1890, p. 8; R.G.S. Sprigge, “Eweland”s Adangbe: an enquiry into oral tradition”, *Transactions of the Historical Society of Ghana*, 10, 1969, pp. 87-128.

<sup>32</sup> Wesleyan Methodist Missionary Society Archives, School of Oriental & African Studies, University of London: West Africa correspondence, Box 263, William West, Cape Coast, 6 June 1859; Strickrodt, “Afro-European Trade Relations”, 100, nº 156.

<sup>33</sup> Hall, “African ethnicities”, *op. cit.*, pp. 66, 70.

<sup>34</sup> David Eltis, Paul E. Lovejoy & David Richardson, “Slave-trading ports: an Atlantic-wide perspective”, Robin Law & Silke Strickrodt (eds.), *Ports of the Slave Trade (Bights of Benin and Biafra)*, Centre of Commonwealth Studies, University of Stirling, 1999, p. 20, Table III.

Escravos – Keta, em Anlo, a oeste, e Gran Popó, a leste, assim como o Popó Pequeno – contribuíram com uma percentagem muito pequena, em torno de 6%, das exportações de escravos desta região<sup>34</sup>. Seus habitantes foram mais provavelmente escravizados por ocasião de guerras, ou outras formas de captura, para serem vendidos em algum ponto mais distante da costa. De fato, a única referência de que tenho notícia para “mina”, como uma etnia de escravos negociados por europeus na Costa dos Escravos, é o relato do capitão francês Des Marchais, descrevendo o tráfico de escravos em Ajudá, principal porto da região, na década de 1720. Segundo ele, os “minois” são diferentes de outros dois grupos de língua gbe, os “aradas” (alada) e os “foin” (fon) do Daomé. Mas, por outro lado, não há indicação alguma sobre sua identidade; a versão publicada deste texto, editada pelo Padre Labat, explica que os “minois” são “do reino [sic] de São Jorge da Mina”, ou seja, de Elmina, mas isto é, evidentemente, apenas um comentário equivocado de Labat<sup>35</sup>. Neste contexto, Des Marchais estaria, mais provavelmente, referindo-se aos “minas” do Popó Pequeno, como parece concordar Hall<sup>36</sup>. Uma proporção provavelmente pequena dos escravos identificados como “minas” nas Américas veio de comunidades “mina” da Costa do Escravos.

### *Os “minas” na América*

No que diz respeito à terminologia das etnias africanas nas Américas, é preciso destacar que, em última análise, é incontestável que, em alguns contextos, o termo “mina” indica especificamente pessoas vindas da Costa do Ouro. Isto é claro, por exemplo, na análise das etnias africanas feita por Christian Oldendorp, um ativo missionário nas Índias Ocidentais dinamarquesas, na década de 1760<sup>37</sup>. Oldendorp explicita e, inequivocamente, associa a “nação amina” à Costa do Ouro. Mas, na medida em que descreve os amina como “a mais poderosa nação dessa costa”,

<sup>35</sup> “Journal du voyage (escrito “voiage” no manuscrito original) de Guinée et Cayenne par le Chevalier des [sic] Marchais commandant la fregatte de la Compagnie des Indes, l’Expédition, pendant les années 1724, 1725 et 1726”, Bibliothèque Nationale, Paris: Fonds français, ms. 24223, pp. 34-34v; Jean-Baptiste Labat, *Voyage du Chevalier des Marchais en Guinée, isles voisines et à Cayenne, fait en 1725, 1726 et 1727*, 2<sup>nd</sup> ed., Amsterdam, 1731, ii, p. 105.

<sup>36</sup> Hall, “African ethnicities”, *op. cit.*, p. 70.

<sup>37</sup> Christian Georg Andreas Oldendorp, *Geschichte der Mission der evangelischen Brüder auf den Caraibischen Inseln St Thomas, St Croix und St Jan* (1777), traduzido por Soi-Daniel W.

cujo território era “muito extenso e tinha muitas aldeias”, ele claramente se refere a um grupo mais extenso do que o dos habitantes da vila de Elmina propriamente. Os únicos lugares especificamente indicados como ocupados por subgrupos dos “amina” são o dos kwawu (“quahu”), localizados do lado leste, no interior da Costa do Ouro, que são descritos como “uma tribo dos amina”, e o dos acra (“akkran”), “um povo que pertence aos mina, cuja língua eles também compreendem”. Esta última frase de Oldendorp sugere que ele está ciente do fato de que a língua dos acra (a língua ga) era distinta da língua akam, mas, por outro lado, a constatação indica um bilingüismo por parte dos acra. Paralelamente, os kyerepong (“akripon”), outro grupo de língua akam, do leste, que fazia parte do estado de Akwapim, embora dito “também falando a língua dos amina”, parece ser visto como um outro povo. Outros grupos mencionados, de fala akam, incluindo os achanti (ashanti, “sante”), os akam (akani, “okkan”), etsi (“atti”), assin (“assein”), adanse (“adansi”) e akim (akyem, “akkim”), parecem também ser vistos como vizinhos, e distintos dos “amina”.

Em contraposição, na concepção de Oldendorp, os povos de língua gbe são classificados separadamente, como “nação Papaa”, isto é, Popó. Este era, inicialmente, o nome pelo qual europeus se referiam às duas comunidades do lado oeste da Costa dos Escravos, mencionadas anteriormente, “Gran Popó” e “Popó Pequeno” (atualmente Grand-Popó e Aneho). A designação indígena de Gran Popó (nome cuja origem é obscura) era Pla, ou Hula; e o nome da parte mais antiga de Aneho era Plaviho, que significa “casa do Pla Pequeno”). Popó pode ser o nome pelo qual os iorubá do leste se referiam aos de fala gbe (ou a alguns deles), e que teria sido tomado de empréstimo pelos europeus, em tempos remotos do tráfico<sup>38</sup>. Seu uso, num sentido amplo, com objetivo de incluir pessoas de diferentes comunidades da região, é também atestado nas Índias Ocidentais Britânicas, onde era aplicado, de modo genérico, aos escravos embarcados em Ajudá<sup>39</sup>. Oldendorp lista, como

---

Brown, “From the tongues of Africa: a partial translation of Oldendorp’s interviews”, *Plantation Society* 2/1, 1983, pp. 37-62; para os “amina”, ver pp. 46-8. Hall, “African ethnicities”, *op. cit.*, pp. 67-8 menciona a evidência de Oldendorp, mas não discute o assunto em detalhes.

<sup>38</sup> Cf. Law, *The Slave Coast*, *op. cit.*, p. 16.

<sup>39</sup> E.g. Phillips, “Journal”, 214, refere-se aos *Whidaw*, ou como eles [em Barbados] os chamam, “Papa negroes”; Bryan Edwards, *The History, Civil and Commercial, of the British West Indies*, 5<sup>th</sup> ed., London, 1819, ii, p. 59.

povos que “pertenciam ao reino de Papaa”, os aladá (ou “arrada”, o mais importante povo de fala gbe do leste, no início do século XVIII) e os fon (“affong”, do Daomé), que conquistaram Aladá e tomaram seu lugar na década de 1720; Tori (“Attolli”), um pequeno estado vizinho a Alada, na direção sul, e Kpessi (“Apassu” ou “Apeschi”), uma comunidade de fala gbe, localizada mais a oeste, no atual Togo; e também os “nagoo”, isto é, os nagô ou iorubá, vizinhos dos povos que falavam gbe, nas direções norte e leste. A inclusão dos iorubá, cuja língua é distinta do gbe, mais uma vez provavelmente reflete um bilingüismo. Nas Índias Ocidentais Britânicas, os nagô também eram vistos como um subgrupo dos “Popós”<sup>40</sup>. O povo de Hueda (“Fida”), reino costeiro que controlou o porto de Ajuda até ele ser conquistado pelo Daomé, na década de 1720, por conseqüência, também pertencia à “nação Popó”, já que os aladá são descritos por Oldendorp como seus “descendentes”. Por outro lado, dois dos mais importantes grupos de língua gbe do oeste, os adjá (“atje”) e os ouatchi (“watje”) <sup>41</sup>, parecem ser vistos como diferentes dos “Popós”.

No Brasil, como corretamente observa Hall, o termo “mina” era aplicado, em alguns contextos, aos que falavam as línguas gbe. A bem conhecida Casa das Minas, em São Luís do Maranhão, por exemplo, é uma casa de culto de origem especificamente daomeana, onde se veneram espíritos associados à dinastia real do Daomé<sup>42</sup>. Um vocabulário da “língua geral da mina” compilado na Capitania de Minas Gerais em 1741 é igualmente de língua gbe, basicamente fon, embora incorporando alguns elementos de outros

<sup>40</sup> Eles foram explicitamente declarados como falantes da língua de Ajudá (“Whidah language”), *ibid.*, ii, p. 60.

<sup>41</sup> Ouatchi (“Watje”) diz respeito à vila de Notse (Nuatja), no atual Togo. Esta é, aparentemente, a mais remota referência a este grupo na documentação coeva.

<sup>42</sup> Nunes Pereira, *A Casa das Minas: Contribuição ao estudo das sobrevivências do culto dos voduns, do panteão daomeano, no Estado do Maranhão, Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1979.

<sup>43</sup> Antônio da Costa Peixoto, *Obra Nova de Língua Geral de Mina*, ed. Luís Silveira & Edmundo Correia Lopes, Lisbon, 1945; edição moderna, Yeda Pessoa de Castro (ed.), *A Língua Mina-Jeje no Brasil: um falar Africano em Ouro Preto do século XVIII*, Minas Gerais, 2002. Para análise do tema, ver Olabiyi Yai, “Texts of enslavement: Fon and Yoruba vocabularies from eighteenth- and nineteenth-century Brazil”, Paul E. Lovejoy ed., *Identity in the Shadow of Slavery*, London/ New York, 2000, pp. 102-12.

<sup>44</sup> Esta é a primeira documentação que menciona este etnônimo, não encontrado na África Ocidental antes do século XIX.

dialetos<sup>43</sup>. O vocabulário, de modo um tanto confuso, dá como equivalente vernacular de *gente mina* a palavra *guno*. Como “nu” quer dizer povo, *guno* seria “povo gu”, e indica os *minas* como *gamthòmè*. A palavra “tome” corresponde a país, sendo, então, “país dos gam”. Assim sendo, os chamados *guno* seriam presumivelmente os “gun”, nome do grupo gbe situado adiante, a sudeste, na faixa da fronteira entre os atuais Benim e Nigéria, incluindo as localidades de Porto-Novo, no Benim, e Badagri, na Nigéria<sup>44</sup>, e os *gamthòmè* estariam relacionados a Gen, isto é, Popó Pequeno, mas talvez esta segunda forma possa ser um erro de impressão. No Rio de Janeiro, uma “Congregação dos Pretos Minas”, formada ao longo da década de 1740, incluía várias nações, todas elas falando uma língua comum: “dagomés”, “makis”, “sabarús”, “agonlins” e “ianos”, isto é, Daomé, Mahi (imediatamente a nordeste do Daomé), Savalu, ao norte do Daomé, Agonlin, a leste, cuja principal vila é Covè, e Oiô. Os oiô são também chamados ayonu que, em fon, quer dizer “povo de Oiô”, e estão localizados mais no interior, para lá dos mahi, na direção nordeste. Os oiô falam iorubá – e não gbe – e sua incorporação aos “minas”, de língua gbe, reflete, provavelmente, outro caso de bilingüismo. Em 1762, a congregação se dividiu e os mahi, os savalu, os agonlin e os oiô formaram a “Congregação dos Pretos Minas do Reino de Maki”<sup>45</sup>. É digno de nota que esta separação não seguiu o recorte linguístico (os de língua gbe contra os de língua iorubá), mas sim alinhamentos políticos na África, onde os quatro grupos sessecionistas eram inimigos do reino do Daomé e/ou vítimas de sua expansão territorial.

Os casos analisados, entretanto, parecem indicar ser “mina” um termo muito genérico, mais usado para abranger diferentes povos do que para identificar os de língua gbe, em particular. Em seu clássico *Os africanos no Brasil* (1906), Nina Rodrigues observa que, no Maranhão, “todos” os africanos eram genericamente designados “minas”<sup>46</sup>. No Rio de Janeiro, no século XVIII, três principais categorias eram empregadas para designar a origem dos escravos africanos: “Guiné (isto é, Guinéa)”, “Mina” e “Angola”.

<sup>43</sup> Mais tarde, os agonlin e os savalu também passaram a eleger seus reis. Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*, Rio de Janeiro, 2000, esp. pp. 200-2.

<sup>44</sup> Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil*, São Paulo, 1932, p. 164. O texto foi escrito antes de 1906, ano do falecimento do autor, mas teve sua primeira edição póstuma em 1932.

<sup>45</sup> Soares, *Devotos de cor*, op. cit., pp. 95-127; Rodrigues, *Os africanos*, op. cit., pp. 164-5.

Estes eram, com certeza, termos de caráter mais geográfico que indicativo de etnias específicas. “Guiné” e “Mina”, sem dúvida, representavam as áreas a oeste e a leste da África Ocidental, respectivamente, e “Mina” era, por conseguinte, toda a costa da África Ocidental, da Costa do Ouro para leste<sup>47</sup>. Dado o padrão dos embarques de escravos no tráfico atlântico, em meados do século XVIII, os “minas” do Rio de Janeiro devem ser predominantemente de língua gbe, mas, no século XIX, passam a predominar os que falavam iorubá<sup>48</sup>. Na Bahia, entretanto, onde predominou a população da costa ocidental africana, e onde, conseqüentemente, a terminologia étnica era mais diferenciada, os “minas” eram apenas um grupo entre as muitas nações da África Ocidental ali identificadas e arrolados em separado não só os de fala gbe, chamados “geges” (mais tarde escrito “jejes”, entre os quais estão tanto os fon/daomeanos quanto os mahi)<sup>49</sup>, como os iorubá, também chamados “nagôs”<sup>50</sup>. Ainda na Bahia, Rodrigues identificou dois subgrupos “minas”: os “minas-santés”, isto é, achanti, e os “minas-popós”, que ele corretamente identificou como sendo de língua akam/ga, que se estabeleceram a leste do Rio Volta, no Popó Pequeno.

No clássico inventário de etnias, compilado por Fernando Ortiz, em Cuba (publicado originalmente em 1916), os “minas” também parecem representar basicamente povos vindos da Costa do Ouro<sup>51</sup>. De qualquer forma, o conjunto dos que falavam gbe foi também colocado numa categoria única, os chamados “ararás” (uma variante do nome Aladá), que incluía daomeanos (“dajomé”), mahi (“magino”), savalu (“sabalú”) e talvez cové (“cuévano”), assim como outros não imediatamente identificados, como “agicon” e “nezeve”; também os iorubá estavam separados e eram conhecidos como “lucumi”. Como já concluía Hall, a existência, em Cuba, de uma confraria, lá chamada *cabildo*, de “Minas Popó Costa de Oro” evidente-

<sup>48</sup> Mariza de Carvalho Soares, “From Gbe to Yoruba: ethnic change and the Mina Nation in Rio de Janeiro”, Matt D. Childs & Toyin Falola (eds.), *The Yoruba Diaspora in the Atlantic World*, Indiana University Press, 2004, pp. 231-247.

<sup>49</sup> Rodrigues se refere a um subgrupo dos “geges” chamado “efan”, que, segundo ele, seria diferente dos daomeanos, mas isto pode ser uma confusão sua.

<sup>50</sup> Rodrigues, *Os africanos*, *op. cit.*, pp. 150-79; para os “minas”, ver pp. 163-5.

<sup>51</sup> Fernando Ortiz, *Los Negros Esclavos*, Havana, 1987, pp. 40-66; para os “Minas”, ver p. 53. Ver também *id.*, “Los cabildos afrocubanos” (publicado originalmente em 1921), *Los cabildos y la fiesta afrocubanos del Día de Reyes*, Havana, 1992, pp. 1-24.

<sup>52</sup> Hall, “African ethnicities”, *op. cit.*, p. 68.



mente aponta, outra vez, para os imigrantes estabelecidos no Popó Pequeno<sup>52</sup>.

Na colônia caribenha francesa de São Domingos (atual Haiti), na segunda metade do século XVIII, os “minas” eram igualmente distintos da grande maioria dos de fala gbe, lá chamados “arada” or “rada” (isto é, “aladá”), embora algumas vezes grupos de língua gbe específicos fossem identificados separadamente, como o caso dos adja (“adia”) e dos hueda (“foeda”). Estes últimos eram provavelmente membros da comunidade de refugiados do reino de Hueda que, na década de 1720, depois da invasão do reino de Hueda pelo Daomé se estabeleceram a oeste de sua terra, no território do Gran Popó, conhecido como Hueda-Henji<sup>53</sup>. Gwendolyn Hall se mostrou apreensiva em interpretar designações étnicas africanas entre a população afro-americana da Louisiana, a partir da qual ela compilou um valioso banco-de-dados<sup>54</sup>. Também na Louisiana os “minas” aparecem como uma categoria diferente dos “arada”. Implicitamente, ela argumenta que os “minas” representavam os de fala gbe do oeste – ewe, ouatchi, adja, gen, hula, etc. – entendidos como um grupo diferente dos fon do Daomé e seus vizinhos imediatos. Mas, se isto é verdade, sua força numérica na Louisiana (aproximadamente três vezes o número de “arada”)<sup>55</sup> é surpreendente, dado o já mencionado pequeno papel desempenhado pelos portos do lado oeste da Costa dos Escravos no tráfico Atlântico. Cabe ainda aqui indagar: se pelo menos parte dos africanos da Louisiana eram da Costa do Ouro e se eles não estavam entre os “minas”, como afinal estariam sendo classificados? Hall menciona um líder da comunidade “mina” da Louisiana, na década de 1790, a quem ela se refere, Antonio Cofi Mina. Kofi é sabidamente um nome akam, dado a uma criança do sexo masculino, nascida numa sexta-feira<sup>56</sup>. De todo modo, o uso de um nome akam

<sup>53</sup> Ver informação sobre o período de 1760-1800, apresentado em Philip D. Curtin, *The Atlantic Slave Trade: A Census*, Madison WI, 1969, pp. 192-7 (Tabelas 55-58). Para Hueda-Henji, ver Law, *Ouidah*, *op. cit.*, p. 52.

<sup>54</sup> Gwendolyn Midlo Hall (ed.), *Databases for the Study of Louisiana History and Genealogy 1719-1820: Information from Original Manuscript Sources. A Compact Disk Publication*, Baton Rouge, 2000.

<sup>55</sup> Hall, “African ethnicities”, *op. cit.*, p. 77, Table 3.1.

<sup>56</sup> *Ibid.*, p. 75.

<sup>57</sup> Law, *Ouidah*, *op. cit.*, p. 41.

não impede que Antônio fosse originário da Costa dos Escravos, já que o uso de nomes akam com referência a dias da semana foi difundido por toda a costa até Ajudá, em consequência da diáspora “mina”<sup>57</sup>.

### ***A evidência de Alonso de Sandoval (1627)***

O argumento de Hall para classificar os “minas” como falantes da língua gbe se ampara fortemente numa passagem do trabalho de Alonso de Sandoval, missionário espanhol que teve participação ativa na evangelização dos escravos africanos na atual Colômbia, no início do século XVII. Sandoval discute longamente as diferentes etnias dos escravos africanos (ele usa o termo *castas*) na América Espanhola<sup>58</sup>.

A passagem crucial do trabalho de Sandoval – na qual Hall baseia seu argumento – se refere aos escravos trazidos da Ilha de São Tomé, ou através dela, para a América. Nela se lê: “As castas que eles ordinariamente trazem dessas partes são Minas, Popoos, Fulaos, Ardas, ou Araraes, que é o mesmo [literalmente, *que todo es uno*], Offoons; também casta Arda (...)”<sup>59</sup>. A intensão da sintaxe e, portanto, o significado preciso desta passagem não estão inteiramente claros: a que se refere a frase “que é o mesmo”? Apenas aos termos imediatamente anteriores “Ardas, ou Araraes”, ou (como interpreta Hall) ao conjunto da lista, incluindo “Minas, Popoos, Fulaos, Ardas, ou Araraes”? E onde os “Offoons”, citados logo adiante, se encaixam neste esquema? Implicitamente, a interpretação de Hall exclui os “Offoons” dos “Ardas”; mas a lista culmina com uma repetição do nome “Arda” numa forma genérica implícita – *casta Arda* – que, presumivelmente, inclui todos os grupos precedentes. Uma interpretação mais razoável é a de que, na primeira ocorrência, “Ardas, ou Araraes”, se refere especificamente a Aladá; enquanto na segunda, “casta Arda” aparece como um termo genérico, que inclui outros vizinhos e/ou grupos relacionados especificados antes. Em ambos os casos, entretanto, parece

<sup>58</sup> Alonso de Sandoval, *Naturaleza, policia sagrada i profana, costumbres i ritos, disciplina i catechismo evangelico de todos Etiopias*, Seville, 1627; edição moderna, *Un tratado sobre la esclavitud*, ed. Enriqueta Vila Vilar, Madrid, 1987; Hall, “African ethnicities”, *op. cit.*, pp. 70-1.

<sup>59</sup> Sandoval, *Naturaleza*, *op. cit.*, p. 65; *Tratado*, *op. cit.*, p. 139 (pontuação feita como na edição original de 1627). O texto segue listando os povos situados adiante na direção leste ao longo da costa, começando com os “Lucumies”, ou iorubá.

claro que Sandoval inclui os “minas” no segundo grupo, no qual “arda” aparece como uma categoria mais abrangente.

Os grupos que compõem a casta arda descrita por Sandoval estão evidentemente distribuídos em uma área geográfica, de oeste para leste. Deixando de lado, por ora, os disputados “minas”, o nome “Popoos”, como se viu, foi inicialmente dado pelos europeus a um porto costeiro, no lado ocidental da Costa dos Escravos, atualmente denominado Grand-Popo. Já no Caribe, o nome Popo tinha, algumas vezes, uma aplicação mais ampla, que incluía outros povos de língua gbe. O relato de Sandoval, embora se referindo claramente a este porto costeiro, o situa de modo amplo no “reino dos Popós”, a leste do Rio Volta, cujo governante residia a uma certa distância, para o interior<sup>60</sup>. Sandoval provavelmente está fazendo alusão a Tado, o centro do povo adja, de onde vários outros grupos de fala gbe, inclusive os do Gran Popó, tradicionalmente traçam sua origem<sup>61</sup>. O segundo nome, “Fulao”, mencionado em outras fontes como um lugar de comércio no começo do século XVII, parece igualmente representar Pla/Hula, que era, como já foi indicado, o nome indígena do Gran Popó. Mas o relato mais detalhado de Sandoval sobre a localização de “Fulao” (a meio caminho entre Popó e Aladá)<sup>62</sup> claramente se refere a Glehue (atual Ajudá), mais tarde o porto costeiro do reino de Hueda, que, ao menos de acordo com algumas versões da tradição local, fora originalmente uma área ocupada por imigrantes hula do Gran Popó<sup>63</sup>. Voltando ao texto de Sandoval, o nome que se segue a Aladá é “Offoons”, que apresenta mais de um problema. Uma imediata identificação seria com os fon, isto é, com o Daomé (conforme a grafia de Oldendorp, “Affong”), situado ao norte de Aladá. Mas, no tempo de Sandoval, este lugar não era uma localidade im-

---

<sup>60</sup> Sandoval, *Natureza*, op. cit., p. 51; *Tratado*, op. cit., p. 123.

<sup>61</sup> Ver debate em Robin Law, *The Kingdom of Allada*, Research School CNWS, Leiden, 1997, pp. 32-4.

<sup>62</sup> Sandoval, *Natureza*, op. cit., p. 51; *Tratado*, op. cit., p. 123.

<sup>63</sup> Ver detalhes em Law, *Ouidah*, op. cit., pp. 20-24.

<sup>64</sup> A criação do reino do Daomé é convencionalmente datada de c.1625, mas esta data é especulativa e aproximada. Em relatos europeus sobre a África Ocidental, o nome “Fon”, por outro lado, aparece em 1660: Law, *The Slave Coast*, op. cit., pp. 261.

<sup>65</sup> A frase está registrada num vocabulário da língua de Hueda, coletado em 1682, na foma “ofons-d’aye”: Jean Barbot, *A Description of the Coasts of North and South Guinea*, London, 1732, p. 415.

portante, se é que existia<sup>64</sup>. Por outro lado, esta pode ser uma toponímia do Novo Mundo, derivada de uma saudação usual, no fon moderno, *a fon dagbe?*, que quer dizer “Você acordou bem?”<sup>65</sup>. Esta possibilidade leva a pensar que “Offoons” é uma alternativa genérica para a ampla “nação arda”, embora se admita que a sintaxe de Sandoval não consiga transmitir isto com clareza.

Mas quem são os “minas” de Sandoval? A referência não parece ser ao grupamento “Mina” do Popó Pequeno, que (como foi visto acima) provavelmente ainda não existia. Hall, implicitamente os identifica com os de fala gbe de mais a oeste – ewe e adja – embora, diante disto, dada a extensão geográfica que Sandoval atribui ao “reino de Popós”, tanto os adja quanto os ewe pareceriam estar subsumidos nos “Popos”<sup>66</sup>. Mas, de fato, a detalhada descrição geográfica de Sandoval mostra, em outro momento, que ele localiza os “minas” na Costa do Ouro: “Deste Cabo [Palmas] até a nação que chamamos Mina (...) são cento e vinte léguas, habitadas por muitas grandes aldeias, a cinquenta léguas de onde fica o Rio Volta”, que marca o começo do “Reino dos Popós”<sup>67</sup>. A distância mencionada indica claramente Elmina, mas, evidentemente, a “nação mina” de Sandoval, com suas “aldeias muito grandes”, corresponde a uma área maior. Diante disto, portanto, seria difícil citar o texto de Sandoval como suporte do ponto de vista de que “mina” designa os de língua gbe ou, na verdade, qualquer outro grupo instalado a leste do Rio Volta.

### *O início do comércio de escravos na Costa do Ouro*

Uma premissa básica do argumento de Hall é que os escravos “minas”, mencionados por Sandoval na década de 1620, não poderiam ser oriundos da Costa do Ouro, porque, na época em que ele escreveu, os europeus

<sup>64</sup> Na verdade, Hall afirma que eles representam “os Ewe, os Aja, os Fon e outros grupos de língua gbe”, excluindo os Aladá: “African ethnicities”, *op. cit.*, p. 71. A lógica da inclusão dos Fon aqui, entretanto, é incerta: tanto do ponto de vista histórico quanto linguístico, espera-se que eles estejam associados aos Aladás.

<sup>67</sup> Sandoval, *Naturaleza*, *op. cit.*, pp. 7 e também 51; *Tratado*, *op. cit.*, pp. 65, 122-3.

<sup>68</sup> Hall, “African ethnicities”, *op. cit.*, pp. 71.

<sup>69</sup> J.B. Ballong-wen-Menuda, “Le commerce portugais des esclaves entre la Côte de l’actuel Nigeria et celle du Ghana moderne au XVe et XVIe siècles”, Serge Daget (ed.), *De la traite à l’esclavage: Actes du colloque international sur la Traite de noirs, Nantes 1985*, Paris, 1988, I, pp. 131-45.

não estavam negociando escravos naquela costa<sup>68</sup>. Este argumento representa fielmente o consenso da literatura corrente. No primeiro período do tráfico europeu na Costa do Ouro, quando ela estava dominada pelos portugueses, escravos foram mais uma mercadoria de importação que de exportação. Eram comprados em outros pontos da costa ocidental (especialmente na área do reino do Benim) para serem trocados por ouro na Costa do Ouro<sup>69</sup>. Este importante comércio provavelmente foi interrompido no início do século XVII e é comumente aceito que, nesta época, ainda não se negociavam escravos na Costa do Ouro. O mais detalhado estudo sobre o comércio europeu na Costa do Ouro no século XVII foi escrito por Robert Porter, que sugere que o tráfico de escravos na Costa do Ouro só começou com traficantes ingleses, na década de 1640. Ele identifica uma carga de 100 escravos negociados em Winneba, no lado leste da Costa do Ouro, por uma embarcação inglesa, no início de 1647, considerando-a “a primeira ocasião na qual ingleses ou holandeses obtiveram escravos na Costa do Ouro”<sup>70</sup>.

Como se pode demonstrar, este argumento é pouco preciso. Depois de 1635, quando a Companhia das Índias Ocidentais Holandesas começou a traficar escravos para Pernambuco (capitania da América Portuguesa que havia sido ocupada pelos holandeses), muitos dos escravos para lá traficados foram negociados na Costa do Ouro. De um total de 874, levados pelos dois primeiros navios holandeses destinados ao Brasil, em 1637, 38 deles eram da Costa do Ouro, os demais haviam sido embarcados em Aladá e na Baía de Biafra<sup>71</sup>. Durante o período de 1637 a 1645, em torno de 17% dos escravos, que a Companhia das Índias enviou da África Ocidental para o Brasil, vieram da Costa do Ouro, aproximadamente 200 escravos, por ano<sup>72</sup>. A maior parte deles foi registrada como tendo sido obtida na Mina, além de um número menor em Mouri, o primeiro estabelecimento holandês, situado a

<sup>70</sup> Robert Porter, “European activity on the Gold Coast, 1620-1667”, D. Litt. et Phil. thesis, University of South Africa, 1974, p. 245.

<sup>71</sup> Robin Law, “The slave trade in seventeenth-century Allada: a revision”, *African Economic History*, 22, 1994, p. 66.

<sup>72</sup> O total de escravos exportados foi de 10.053 e de 1.721 o dos que foram trazidos da Costa do Ouro. Ernst van den Boogaart & Pieter C. Emmer, “The Dutch participation in the Atlantic Slave Trade, 1596-1650”, Henry A. Gemery & Jan S. Hogendorn (eds.), *The Uncommon Market: Essays in the economic history of the Atlantic Slave Trade*, New York, 1971, p. 360, Table 14.1

<sup>73</sup> Foram 1.059 da Mina, 285 de Mouri, 139 de Accra (com 238 da Costa do Ouro, indiferenciados).

14 km a leste de Elmina<sup>73</sup>. A referência específica a Mina pode ser enganadora, já que é possível que escravos embarcados na Mina tivessem sido trazidos de outra parte da costa. Na verdade, tudo indica que a maior parte dos escravos que os holandeses obtiveram na Costa do Ouro, neste período, tenha vindo da área mais a leste da costa, especialmente de Acra. Escrevendo em 1668, mas referindo-se às condições de um período anterior, possivelmente à década de 1640, o geógrafo holandês Olfert Dapper indica que Acra supria a Companhia não apenas em ouro, mas também em escravos, em torno de 300 por ano. Embora ele não indique explicitamente que estas negociações eram feitas pelos holandeses, afirma que estes, algumas vezes, comerciavam escravos em Beraku, no reino de Agona, a oeste de Acra, para onde os comerciantes de Acra levavam seus escravos<sup>74</sup>.

A evidência de tráfico holandês na Costa do Ouro, no final da década de 1630 e na década de 1640, pode representar mais uma inovação recente do que o padrão de comércio do período português, ao qual Sandoval se refere. Em sua breve referência ao comércio, Sandoval não menciona a venda de escravos na Costa do Ouro, mas tampouco menciona ouro, registrando apenas “marfim, tecidos e outras coisas que abundam em suas terras”. De fato, esta descrição só pode ser entendida como referida ao lado oeste da Costa do Marfim, que, mais que a Costa do Ouro, fornecia tecidos e marfim<sup>75</sup>. Já outros documentos portugueses do início do século XVII indicam a existência de tráfico de escravos na Costa do Ouro. Um relato de 1607 descreve o comércio da Costa da Mina. De acordo com o contexto referido, do modo como é aqui empregado, o termo Mina deve corresponder à integridade da Costa, isto é, do Cabo Palmas ao Rio Volta, o que inclui tanto a Costa do Marfim quanto a Costa do Ouro propriamente. O referido comércio consistia de “muito ouro, marfim, prata, malagueta, goma, algália, gatos de algália<sup>76</sup>, cera, escravos<sup>77</sup>. Esta passa-

<sup>74</sup> Olfert Dapper, *Naukeurige Beschrijvinge der Afrikaensche Gewesten*, 2<sup>nd</sup> ed., Amsterdam, 1676, 2<sup>nd</sup> pagination, p. 82.

<sup>75</sup> Sandoval, *Natureza*, *op. cit.*, p. 51; *Tratado*, *op. cit.*, p. 123.

<sup>76</sup> Algália é uma espécie de secreção odorífera que se extrai das glândulas do almiscareiro, um mamífero ruminante da família dos cervídeos, conhecido como “gato de algália”.

<sup>77</sup> Brásio, *Monumenta Missionaria Africana*, v. 376 (doc.137, Relação da Costa da Guiné, 1607).

<sup>78</sup> *Id.*, vi, p. 469 (doc. 138, Relação de García Mendes Castelo Branco, 1620).

gem mostra alguns sinais de confusão: a referência à prata, se não mero equívoco, refere-se certamente ao comércio costeiro feito com os europeus, em espécie, sob a forma de moedas de prata; enquanto a pimenta malagueta, a goma e a cera eram mercadorias normalmente obtidas mais a oeste, ao longo da costa. Algumas destas mercadorias eram recolhidas em outros locais e levadas para Elmina ou outro porto da Costa do Ouro, para serem embarcadas. Um documento posterior, de 1620, que propunha medidas contra a pirataria holandesa e a competição comercial, foi mais preciso: defendendo o envio de uma expedição para destruir o forte holandês de Mouri, o documento faz alusão à sua interferência com os navios portugueses que vinham comprar “escravos negros, marfim e óleo (presumivelmente óleo de palma), goma e algália”<sup>78</sup>.

À luz desta evidência, parece provável que um pequeno número de escravos já estivesse sendo negociado na Costa do Ouro no início do século XVII, e que estes escravos deveriam estar vindo do lado leste da costa, do entorno de Acra. Conseqüentemente, os escravos “minas” que Sandoval encontra na América do Sul, no início do século XVII, poderiam realmente ter vindo da Costa do Ouro, como sugere o termo “mina”, e provavelmente a maior parte seria de língua ga-adangme e não akam.

Esta conclusão certamente permite levantar outra questão: se os “minas” de Sandoval falavam ga-adangme, deveriam ter sido classificados juntamente com os de “nação arda”, que eram falantes de línguas gbe. Como resposta a esta questão, deve-se, em primeiro lugar, considerar que este é, sem dúvida, um caso único. Ao tratar dos “Lucumies” do leste, que eram basicamente de fala iorubá, Sandoval se refere aos bariba de Borgu – situados a noroeste dos iorubá – como um subgrupo iorubá. Embora, falassem línguas diferentes, Sandoval os denominou “Lucumies Barbas”<sup>79</sup>. Em Cuba, mais tarde, como foi observado por Fernando Ortiz, os *lucumi*” (ou a nação iorubá) incluíam os tapa (“tacua”), nome dado pelos iorubá aos nupe, seus vizinhos do lado nordeste. Da mesma forma que os bariba, os tapa falavam uma língua diferente dos iorubá<sup>80</sup>. Por outro lado, nas Índias Ocidentais inglesa e dinamarquesa, como já foi destacado anteriormente, os nagô/iorubá estavam incluídos na nação popó, que era de língua gbe, enquanto no Rio

<sup>79</sup> Sandoval, *Naturaleza*, *op. cit.*, p. 66; *Tratado*, *op. cit.*, p. 141. Duas diferentes línguas são faladas em Borgu (a oeste, o Baatonu, e a leste, o Boko), mas nenhuma delas é próxima do Iorubá.

<sup>80</sup> Ortiz, *Los negros esclavos*, *op. cit.*, p. 56.

de Janeiro os oió que falavam iorubá se juntaram aos mahi que falavam gbe. Estas ocorrências de agregação de povos linguisticamente distintos, mas geograficamente próximos, na África, podem ser mais bem explicadas se considerado que muitos de seus membros eram bilingües, o que permitia que, nas Américas, o grupo menor pudesse ser assimilado pelo maior. Se os escravos “minas” do início do século XVII eram especificamente originários do lado leste da Costa do Ouro – dividida pelo Rio Volta – e se os de língua gbe estavam situados a oeste do mesmo rio, que podia ser facilmente cruzado numa canoa, parece uma hipótese razoável considerar a existência de um grau suficiente de bilingüismo entre eles, possibilitando, desta forma, o mencionado processo de incorporação.

Ao longo do tempo, o foco do tráfico de escravos se deslocou para o lado oeste da Costa do Ouro, tendo-se, então, os portos de Cape Coast e Anomabu se tornado os principais locais de embarque de escravos. Ao longo de toda a história deste tráfico, Acra e Alampo, juntas, representaram apenas em torno de 9% dos embarques da Costa do Ouro<sup>81</sup>. Nas proximidades do século XVIII, entretanto, a maioria dos escravos era trazida da imediata hinterlândia da Costa do Ouro e falava mais a língua akam que a ga-adangme, e mais acentuadamente devem ter vindo de lugares geograficamente não contíguos aos ocupados pelos povos de fala gbe, do leste do Volta. Os últimos “minas”, por sua vez, além de serem numerosos o bastante para constituírem eles mesmos uma “nação”, teriam também sido menos capazes de se misturar aos grupos de fala gbe, entre eles os “popó”, os “jeje” e os “arará”, ou “rada”.

---

<sup>81</sup> Eltis, Lovejoy & Richardson, “Slave-Trading Ports”, *op. cit.*, p. 19, Table II.